

# Assembleia Municipal

**---N.º 03/2024 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----**

---Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu extraordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS-----**

**---PRIMEIRO PONTO - SUSPENSÃO DE MANDATO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES. -----**

**---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E**

ENSINO DA REDE PÚBLICA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - ANOS ESCOLARES 2024/2025, 2025/2026 E 2026/2027, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE DE 13.128.687,00 € (TREZE MILHÕES, CENTO E VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 5.395.984,40 € (CINCO MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE FRADELOS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM

## Assembleia Municipal

A FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS. TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DO POLO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE POUSADA DE SARAMAGOS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 4.000,00€. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO À RENDA - ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS (CRCA) - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 511,50 M2, SITA NO LUGAR DE PENELAS, FREGUESIA DE VERMOIM. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Informou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou ao Grupo da Bancada Municipal do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal.-----

---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Ricardo José Mesquita Carvalho Costa, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO-----

## Assembleia Municipal



---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO -----  
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----  
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----  
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----  
---ARMINDO FERNANDES GOMES -----  
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----  
---ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA -----  
---BERNARDINO GOMES MARTINS -----  
---BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO -----  
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----  
---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----  
---CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO -----  
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----  
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----  
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----  
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----  
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----  
---FIRMINO VILA VERDE COSTA -----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----

## Assembleia Municipal



---HEITOR RUI DOS SANTOS BERNARDO-----  
---HÉLDER BRUNO FERREIRA LOPES-----  
---JOANA GOMES FERNANDES-----  
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO-----  
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----  
---LAURINDA DA COSTA MACIEL-----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----**FALTA JUSTIFICADA**-----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA-----  
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----  
---MANUEL LIMA SOARES-----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----

## Assembleia Municipal

---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA---**RENUNCIOU MANDATO**---

---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA -----

---PAULA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA MARTINS -----

---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**JORGE COSTA (PS)** – A interpelação é para a Mesa porque o Grupo Municipal do Partido Socialista ficou com a ideia que, depois de clarificar o que eram sessões, o que eram reuniões, tínhamos mantido que em cada sessão haveria um período Antes da Ordem do Dia, e ficamos com esse entendimento. -----

## Assembleia Municipal

---Entretanto, em troca de palavras com a Bancada Municipal do PSD, vi que o PSD defende esta visão restritiva. -----

---Tendo o PS apresentado dois votos, um sobre aquela tragédia ecológica e estapafúrdio da posição em que o Concelho está e outro de Louvor às mulheres famalicenses em razão do “Dia da Mulher”, requeremos que sejam agendados na próxima reunião ordinária. Portanto, já estão entregues e serão agendados para a próxima reunião ordinária.-----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Senhor Deputado, serão assim agendados numa próxima Assembleia. Não hoje porque, como sabe, o Regimento assim não o admite.-----

---Antes de mais, a Mesa pretende um esclarecimento prévio sobre a sua idoneidade. ---

---O Senhor Vereador Eduardo Oliveira acusou esta Mesa da Assembleia nas redes sociais de ter consentido o insulto por parte de um Senhor Presidente de Junta. -----

---Primeiro – é com muita injustiça, com muita tristeza, alguém ir para as redes sociais dizer e acusar algo e alguém que deveria ser feito no órgão próprio. É aqui que eu estou a fazer, não me dando oportunidade, enquanto Presidente em exercício, de me defender, nem à Mesa. -----

---Assim, vem a Mesa, e em meu nome próprio para o efeito, prestar os seguintes esclarecimentos:-----

---É falso que a Mesa tenha consentido qualquer insulto, até porque repudiou o ato dizendo: “Senhor Presidente de Junta, peço contenção nas suas palavras”, minuto quarenta e três e trinta segundos do respetivo vídeo. O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, Luís Ângelo Oliveira, pediu contenção nas palavras ao Presidente de Junta, Duarte Veiga”. Dito por todos os Jornais e Comunicação Social. Só não viu ou não ouviu quem não quis. -----

## Assembleia Municipal

---

---Que fique claro, antes demais, e é isto... sem qualquer afronta, só quero que fique muito claro que é: A Mesa é e será imparcial! A Mesa não faz política e não vai ser usada nem se vai deixar usar para esse efeito. -----

---Muito obrigada a todos! -----

---Passamos ao ponto um quanto à suspensão de mandato do Senhor Deputado António Fernando Sanguêdo Meireles. -----

**---PRIMEIRO PONTO - SUSPENSÃO DE MANDATO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES. -----**

**---JORGE COSTA (PS)** – Aproveitando apenas o momento, também para telegraficamente pedir à Mesa que, determinados epítáfios e determinados nomes não se pede moderação, repreende-se, porque é inadmissível num estado de direito. E, portanto, a crítica à Mesa continua a ser validada pelo PS porque não se pede para ser mais macio quem ultrapassa todos os limites. E, portanto, foi aqui e foi nessa justa medida que a Mesa falhou, e segundo o Grupo Municipal do PS continua a falhar. -----

---Bom. Não se pede moderação quando são ultrapassados todos os limites do razoável e do respeito. -----

---Bom. A propósito do Senhor Arquiteto Sanguêdo Meireles, querendo nós saber os motivos que ele apresenta para esta suspensão, queremos aqui, na Assembleia, enviar-lhe abraço fraternal, uma saudação especial para o Arquiteto Meireles e desejar-lhe votos de rápidas melhoras. É um homem que faz bem à democracia, que a democracia precisa e, portanto, são estes os votos e este abraço fraternal que daqui remetemos ao Arquiteto Meireles. -----

---Também, em jeito introdutório, goste-se ou não se goste, como no meu caso não se gosta, mas a AD (o CDS e o PSD) ganharam as eleições legislativas e, portanto, fica

# Assembleia Municipal

também aqui um voto de saudação à vitória, porque ainda que não se goste, traduz a expressão da democracia.-----

---Parabéns aos ganhadores.-----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – Antes disto porque, de facto, há aqui quatro comunicações prévias de renúncias que tem que ser antes deste ponto, de facto. Portanto..., mas tem que ser meramente comunicadas.-----

---Então, renuncia ao mandato o Senhor Deputado José Eduardo Ferreira Ribeiro, do Partido Socialista; renuncia a Deputada Maria Isabel da Cunha Freitas, do Partido Socialista; renuncia Sara da Conceição Pereira da Silva Gonçalves, do Partido Socialista; Elsa Daniela Pereira Ribeiro, também do Partido Socialista. -----

**---POSTO À VOTAÇÃO A SUSPENSÃO DE MANDATO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – O ponto dois e três serão discutidos em conjunto (pedido do Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira). Assim será a discussão em conjunto e a votação em separado. -----

**---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

## Assembleia Municipal

---**TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2.<sup>a</sup> OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** – Dizer-vos, no que concerne a esta proposta, que se trata a primeira alteração orçamental modificativa (antiga revisão orçamental), onde se pretende dotar o respetivo orçamento, quer do lado da receita quer do lado da despesa, de um conjunto de verbas por forma a que nós possamos desenvolver o nosso plano de ação, no que diz respeito à habitação. -

---Nomeadamente, no que concerne à segunda Opa, cuja proposta a seguir se pretende com ela evoluirmos, onde se pretende reforçar nomeadamente para o próximo ano um valor de cerca de 23 milhões de euros, mas também, obviamente, que pretendemos reforçar um conjunto de rubricas no que respeita, desde logo, à reabilitação dos nossos complexos habitacionais existentes atualmente. Como é sabido, nós temos um conjunto de complexos, desde logo em Fradelos, Gavião, temos as Lameiras, Lousado, o Puído, aqui também em Famalicão, Requião, que queremos obviamente reabilitar/intervir por forma a que hajam melhores condições de habitabilidade nesses mesmos complexos habitacionais. -----

---Mas queremos muito mais, para além das duas Opas que estão em curso, a primeira obviamente mais evoluída do que a segunda, que já falei que queremos reforçar e incrementar o respetivo valor orçamental por forma que possamos acudir àquilo que

## Assembleia Municipal

---

pretendemos fazer por via desta segunda Opa, que são a aquisição, como sabem, de 201 habitações, para além das 75 que diz respeito à primeira Opa. -----

---Queremos, também, adquirir, como já o fizemos, mas sobretudo aqui reabilitar 11 habitações em Oliveira S. Mateus, que já as adquirimos. Em Bairro, duas habitações que também são municipais. Queremos no âmbito da concessão/execução também construir em Oliveira S. Mateus, Ruivães e Oliveira Santa Maria. Portanto, é este o nosso plano de ação, a que corresponde a tudo isto somado em termos de novas habitações, seja por via da construção, da aquisição ou da reabilitação, estamos a falar em cerca de 400 habitações que pretendemos desenvolver nos próximos dois anos, dois anos e meio. E, portanto, sabemos que é muito exigente, mas nós cá estamos à semelhança de outras áreas de intervenções, para que também aqui a oferta pública de habitação também seja muito incrementada em Famalicão, a somar obviamente a outros projetos habitacionais que temos, nomeadamente o “Casa Feliz Obras” e o “Casa Feliz apoio à renda”, como é sabido, também dá um contributo grande por forma a que os nossos concidadãos possam ter cada vez melhor habitação. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – A Câmara que tem maioria deve governar, mas de facto é aflitiva a falta de preparação, de previsão, de planeamento deste executivo. É aflitivo, isto. Basta lembrar que estes assuntos vieram à Assembleia há curtíssimo tempo. Curtíssimo tempo. Já vieram duas três vezes. Nós nem queremos saber o que se pode vir a passar quando este dossier vier a ser analisado (*falha na gravação*) executivo nesta matéria. E naquilo que importa, sabendo que o PS apoia a ideia da promoção de habitação, é também preciso que fique claro para os famalicenses que o PS não dá confiança nem cheques em branco a este executivo. Por isso, terá de se abster em ambos os casos. -----

---Atende-se por exemplo nalgumas coisas que se decalam, continuam os documentos a referir que a intervenção urbanística em Fradelos é no lugar do Seixo Branco. Não, não

## Assembleia Municipal

é! E o erro decalca-se documento após documento após documento. Só se agora tenham inventado que é no lugar de Seixo Branco. Mas vossa excelência poderá... está aqui o Senhor Presidente da Junta de Fradelos e pergunte-lhe se é no lugar do Seixo Branco. Não, não é. -----

---Mas isto é um erro de quem deposita muito pouco cuidado e muita pouca atenção nos documentos. Atende-se, depois, que isto passa já para a adjudicação. Mas a adjudicação com uma minuta toda, toda em branco. Não sabendo que terreno é. Como está inscrito ou descrito na conservatória. Quais as características. Isso está aqui tudo cheio de reticências. Por exemplo, dá-se eficácia real ao contrato. Refere-se que o primeiro outorgante junta uma garantia bancária, “rebeubeu pardais ao ninho”. Zero! Zero! Está aqui zero! Uma minuta em branco para permitir que a Câmara faça o que muito bem entender com estes promotores.-----

---Ora bem, eu não acho que é assim que se fiscaliza. Não é assim que esta maioria conseguirá de algum o aval do PS, principalmente quando toda a gente sabe que há aqui empresas de destacados militantes do PSD envolvidos. Há aqui empresas de destacados militantes envolvidos. E, portanto, todas estas facilidades e estas manigâncias, se calhar um dia acabam todas investigadas, como terão que ser. E o PS, desde já quer deixar o alerta, e desde já reitera publicamente que não há cheques em branco porque não há confiança nesta maioria.-----

---Vamo-nos abster em ambas as situações.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Antes de mais, se me permite, de abordar o assunto, gostaria de felicitar o Deputado, Jorge Paulo Oliveira pela sua reeleição ao Parlamento. E saudar, igualmente, o regresso do nosso ausente Presidente Nuno Melo pelo regresso ao Parlamento da República. São dois famalicenses de gema, de quem esperamos a defesa intransigente do interesse do nosso município. Vou dar rapidamente

## Assembleia Municipal

---

dois exemplos em que a vossa ação poderá, poderá ser preponderante: o regresso das instâncias ao nosso Tribunal, por exemplo; as obras no Quartel da GNR; o reforço dos efetivos; para além de todos os problemas relacionados com a habitação, saúde, segurança, etc., etc. -----

---Esperamos então, que o retorno de vossas excelências... os regressos de vossas excelências ao Parlamento da República correspondam às expectativas criadas em torno da vossa eleição. -----

---Aproveito esta oportunidade, igualmente, para fazer um aviso à navegação, o que equivale dizer à comunicação social local para nos deixar de nos tratar como leprosos. Nós somos uma força política legitimamente constituída e, portanto, merecemos por direito próprio o mesmo respeito que todas as outras forças políticas. E não deixa de ser caricato, a observação de alguns Deputados do Partido Socialista criticando nas redes sociais e na imprensa local quando o Chega apresentou aqui há cerca de dois anos...

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – Senhor Deputado, eu estou atento. ----

**---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Eu já lá vou. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – A seguir vai ter que mo permitir a mim, está bem? -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – Senhor Deputado, eu peço que cinja ao tema, está bem? -----

**---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – ...um protesto como era tratado e o PS votou contra. Só coisas do destino. -----

---Quanto ao resto, habituem-se.-----

## Assembleia Municipal

---

---Esta alteração orçamental foi um reforço da participação comunitária, projetos cofinanciados destina-se à reparação e beneficiação da habitação social e coletiva. Nada a dizer relativamente a este aspeto, nós vamos votar favoravelmente. -----

---Contra a Opa, relativamente à habitação, já o dissemos anteriormente qual era a nossa posição e, por isso, vamos optar pela abstenção. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Antes de mais, um agradecimento ao Senhor Deputado, João Castro, pela felicitação que me dirige, que aproveito também para dirigir a todos aqueles que democraticamente participaram neste último ato eleitoral, seja na condição de candidatos, de mandatos, de apoiantes das candidaturas, sejam todos aqueles que estiveram envolvidos no dia das eleições nas mesas de voto. Foi um trabalho árduo para todos. Acho que foi sobretudo uma eleição e um processo eleitoral que decorreu sem grandes incidentes. -----

---Felizmente a democracia saiu reforçada, e temos que naturalmente também registar esse facto.-----

---É evidente que, como qualquer disputa eleitoral, há vencedores e vencidos, mas há uma máxima que tem que se utilizar nestas alturas, é glória aos vencedores, honra aos vencidos. E todos são importantes. O país faz-se com um poder forte e com uma oposição ainda mais forte. E é da conjugação e da dialética destas duas posições que o país pode ambicionar/progredir.-----

---Feito este introito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e quanto à matéria que nos traz aqui, juntando os dois pontos da ordem de trabalhos, eu gostaria de começar por dizer que passo a passo, proposta a proposta, medida a medida, nós estamos efetivamente de uma forma muito segura a melhorar o Parque Habitacional Público do município, a ampliar esse mesmo Parque Habitacional Público, propriedade da Câmara Municipal, e sobretudo estamos a resolver um problema que afeta dezenas e dezenas e dezenas de

## Assembleia Municipal

---

famílias famalicenses que é a impossibilidade de acesso a uma habitação condigna. E, nós estamos a caminhar nesse sentido. E com esta oferta pública de aquisição, aumentamos efetivamente o Parque Público em mais 201 fogos, que crescem, como já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos 75 fogos que já estão em fase de concretização advindos, portanto, da primeira oferta pública de aquisição. Ao todo, nestas duas Opas, estamos a falar na aquisição de 276 fogos que integrarão o património do município, e que serão colocados no mercado de arrendamento reduzido. Não se trata para venda, não se trata de colocar esses fogos no mercado de arrendamento normal. Não! É de arrendamento reduzido ou renda acessível. E este número é significativo, e este número é mesmo muito significativo, e contrasta com aquilo que nós vemos nos municípios vizinhos, desde logo naqueles que integram o quadrilátero.-----

---Braga – Braga lançou duas Opas, mas apenas por um total de 45 fogos. Apenas 45 fogos. -----

---Barcelos – lançou uma Opa para 126 habitações. -----

---Guimarães – Guimarães que o Senhor Deputado Luís Miranda, na nossa discussão em fevereiro de 2023, identificava como um grande exemplo que o distrito devia seguir e para o qual nós devíamos olhar atentamente, eu devo recordar o que se passou em Guimarães. -----

---Guimarães lançou uma primeira Opa para 172 habitações, foi suspensa. Lançou uma segunda Opa para as mesmas 172 habitações, mas ficou deserta. Lançou uma terceira Opa para as mesmas 172 habitações, mas só encontrou interessados em pouco mais de metade. E lançou agora uma quarta Opa, para ver se consegue completar as habitações que ficam em falta, para completar as tais 172 habitações.-----

## Assembleia Municipal

---

---Se Guimarães tiver sucesso, e nós gostaríamos que tivesse sucesso, e que efetivamente conseguisse adquirir as 172 habitações, ainda assim fica bem longe dos 276 fogos que Vila Nova de Famalicão vai contratualizar com a primeira e a segunda Opa. -----

---Mas a política de habitação do município vai para lá destas ofertas públicas de aquisição. Por isso, em Bairro vão ser requalificados dois fogos; em Oliveira de S. Mateus foram adquiridas onze casas que serão reabilitadas; em Oliveira de S. Mateus vão ser construídos dezoito novos fogos; em Ruivães serão construídos trinta e seis novos fogos; em Oliveira Santa Maria irá se proceder à construção de cinquenta e quatro novos fogos. Tudo isto, conforme os objetivos da Estratégia Local de Habitação. E, todos estes fogos, se destinam, é importante salientá-lo, destinam-se ao arrendamento de renda reduzida, não é para o arrendamento normal. Todos eles com candidaturas apresentadas, e boa parte deles já com o financiamento aprovado pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

---Estamos a dar um salto qualitativo e quantitativo muito significativo. Reparem, no total estamos a falar de 397 fogos que vão integrar a esfera do Património Habitacional do camarário. -----

---Estamos a falar da passagem dos atuais 371 para 768 fogos - trata-se quase o dobro!

---Este é o maior investimento de sempre na construção de fogos para arrendamento que alguma vez viu Vila Nova de Famalicão conhecer. Nunca conheceu um investimento desta natureza. Nós não falamos, nós não nos ficamos pelas promessas, nós de facto cumprimos com as promessas e não descoramos nenhum aspeto, e o Senhor presidente da Câmara Municipal teve também a oportunidade de elencar algum desses outros aspetos. Porque, na verdade, nós não nos limitamos a adquirir frações para arrendar. Nós não nos limitamos a reabilitar frações já existentes para a arrendar! Nós também estamos a reabilitar o parque existente. E esta alteração, esta modificação orçamental elenca exatamente onde vai ser gasto perto de 60 milhões de euros nesse investimento de

reabilitação do Complexo Habitacional das Lameiras; do Complexo Moinhos de Vento em Fradelos; do Complexo da Gábila em Gavião; do Complexo Habitacional de Lousado; do Edifício do Poído em Calendário; ou do Complexo Habitacional em Requião. Tudo obras de reabilitação que, de facto, atribui melhores condições àquelas pessoas que já lá habitam. -----

---E promovemos outros instrumentos para facilitar o acesso dos famalicenses à tal habitação condigna que todos temos direito. E, por isso, é que no âmbito do Programa “Casa Feliz” só nos últimos dois anos, reparem bem, nós apoiamos o pagamento de renda num total 645 famílias num investimento de 620 mil euros, em dois anos. Há 645 famílias que beneficiaram desse apoio, e no âmbito do mesmo programa. Mas, na vertente ou na componente “Apoio a obras”, eu gostaria de recordar que desde 2005 (ano em que surgiu este programa pela primeira vez), nós melhoramos as condições habitacionais em 295 habitações, num investimento camarário correspondente a 1.382.000 euros. É um investimento significativo de apoios dados diretamente às famílias.-----

---Sim, Senhor Presidentes, Senhores Deputados! Sim! Nós estamos no caminho certo! Sim! Nós estamos a fazer o nosso trabalho.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - É positivo que as coisas andem, mas o PS está de facto preocupado. A informação que vem sobre todos estes dossiês é muito exígua e curta. Por exemplo, a Câmara de Guimarães pretendia que uma parte significativa dos fogos fossem construídos no coração cidade, para que as pessoas tivessem acesso a mobilidade, transportes, meios. Aqui, em Famalicão, estamos a seguir, nalguns casos, um caminho medonho. Terrenos sem aptidão nenhuma para edificação. Sem aptidão nenhuma, sem acessibilidades. Não vão cruzar um carro e uma ambulância nalguns sítios das acessibilidades presentes. E, portanto, isto é muito preocupante! Isto é muito preocupante e suscita muitas dúvidas. Quando o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira: “Sim, estamos

no caminho certo.”. Isso é na ideia de vossa excelência! Porque, ainda vamos ver. Ainda vamos ver. E vamos ver se não vão ficar aí tragédias habitacionais sem solução, com desenquadramento de populações e sem responderem de facto a uma real necessidade e à premência, por exemplo, do núcleo urbano centro. Portanto, há muitas reservas. O PS não vota contra porque sabemos que vocês estão a fazer mal, mas façam alguma coisa. E, por isso, é que não vamos votar contra, mas também não damos o aval porque temos a certeza absoluta de que as asneiras, infelizmente, vão ser mais que muitas. -----

**---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----**

**-----**  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU. -----**

**-----**  
**---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E**

RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM AS ABSTENÇÕES DO PS, DO CHEGA E DA CDU.-----**

-----  
**---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DA REDE PÚBLICA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - ANOS ESCOLARES 2024/2025, 2025/2026 E 2026/2027, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO**

## Assembleia Municipal

---

MONTANTE DE 13.128.687,00 € (TREZE MILHÕES, CENTO E VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –**

Portanto esta proposta, conforme foi dito, pretende que seja aprovada assunção do compromisso plurianual para que nós possamos desenvolver este procedimento concursal, por via de um concurso público com publicidade internacional por forma a que possamos adquirir alguns milhões de refeições escolares. Nós, neste ano letivo e o ano letivo que está em curso, começamos a ter também a competência para o segundo e terceiro ciclo e ensino secundário. Portanto, neste momento, temos a competência para todos os níveis de ensino que corresponde um valor de mais de 13 milhões de euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, que é de 13%. Portanto, ultrapassa os 14 milhões de euros. -----

---Já agora, aproveitar a oportunidade para referir, no que concerne ao segundo e terceiro ciclo e secundário, claro está, que temos a informação que houve uma melhoria na oferta das refeições escolares. Portanto, o que é obviamente importante para nós. Como é sabido, nós avaliamos de forma constante no tempo as refeições escolares. Eu próprio, como sabem, tenho um roteiro pelas escolas em que almoço nas escolas e, portanto, sou testemunha e fiscal também das refeições escolares em Famalicão, mas, obviamente, que também temos uma equipa muito competente no setor da educação com três nutricionistas que acompanham todo este processo. Portanto, estamos em crer que irá assim continuar também por via deste concurso público. -----

**---RICARDO VALE (PS) -** O Partido Socialista naturalmente que aprovará esta medida porque está na nossa génese, no nosso ADN apoiar todo o investimento e despesa associado ao ensino, e em particular, neste caso concreto, nas refeições escolares que

## Assembleia Municipal

---

todos nós temos uma consciência muito plena de quão importante é para efeitos de rentabilidade escolar. -----

---Adicionalmente convém também referir que o caderno de encargos é bastante competente, as posições específicas e o programa de procedimento são adequados e, portanto, nada obsta a que assim não seja. -----

---O detalhe, e se me permitem tocar neste ponto, o detalhe está na análise de rentabilidade que é elencada na documentação. Entendemos que é uma análise de rentabilidade curta porque refere apenas que o valor unitário da comparticipação do estado central é de 2,75 euros/refeição, de acordo com a Portaria 13914/2022. -----

---Em bom rigor, o texto refere o limite máximo. Há aqui um detalhe de atualizações que já estão previstas para o próximo ano, mas ultrapassado isso fixemos nos 2,75€ o valor de comparticipação. Se quisermos, não é tanto uma análise de rentabilidade, mas mais uma análise de despesa efetiva. O Senhor Presidente elencou agora que o valor da despesa redonda de números é de cento e trinta e dois milhões de euros por parte da Câmara Municipal é um facto para os três anos, mas fazendo as contas ao número de refeições multiplicado pelo valor da comparticipação, chegamos a uma receita de onze milhões seiscentos mil euros. Dito de outra forma, efetivamente a despesa real ao longo dos três anos efetuada pela Câmara Municipal é de número redondo de um milhão e meio de euros, número redondo também meio milhão de euros/ano. Ora, se dividirmos este montante pelo número de refeições, chegamos a um valor médio de trinta e cinco cêntimos, e esta matemática importa para dizer se no... basicamente duas coisas, a primeira é que se é válido dizer que, tal como disse o Senhor Presidente, que a Câmara Municipal vai investir treze milhões de euros em refeições escolares. Também é válido dizer que o valor médio de despesa efetiva que a Câmara Municipal vai ter é de trinta e cinco cêntimos por refeição. E, portanto, oi ponto aqui é a forma como se transmite a

## Assembleia Municipal

---

mensagem, e deixamos esta nota para que o valor utilizado, com ou sem IVA, seja também de um lado da receita esperada também seja... que exista a devida informação.

---Isto como exemplo serve também para tocar num outro ponto, e agora que estamos numa altura de mudança de elenco governativo, e desde já os meus parabéns aos vencedores, naturalmente, a democracia faz-se de vencidos e vencedores. -----

---Só para dar nota também que estaremos atentos no futuro quando discutirmos aqui nesta Assembleia uma série de tópicos que no passado o Senhor Presidente de Câmara criticou o governo em exercício por falta de apoio. Veremos o critério que manterá. ----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Considerando que o ponto em discussão trata-se apenas da abertura de um concurso público para aquisição do serviço de refeições escolares, não é de menor importância, realçar aqui que a defesa da gestão pública das cantinas escolares, a par da garantia da qualidade das refeições escolares têm sido matérias sobre os quais o PCP tem vindo a intervir recorrentemente na Assembleia da República, de forma a assegurar uma boa gestão da “coisa pública” e uma alimentação equilibrada tanto aos estudantes, pessoal docente e não docente. -----

---Aliás, o PCP sempre denunciou que a entrega da gestão das cantinas escolares à concessão privada era um caminho de desresponsabilização do Estado que podia acarretar perda de qualidade em termos das refeições servidas aos alunos, bem como das próprias condições de trabalho dos funcionários. -----

---E por muito que se tente nublar o assunto, em muitos casos, foi reconhecido pela comunidade escolar que a qualidade da comida servida pelos concessionários passou a ser muito inferior à que era antes confeccionada pelos trabalhadores das escolas com tal responsabilidade. -----

---Também as condições de trabalho nas cantinas escolares concessionadas não podem ser aqui ignoradas. Em algumas empresas há trabalhadores que não têm contrato, outros

## Assembleia Municipal

---

a quem foi reduzida a carga horária e respetivo salário, outros ainda a quem não foi reconhecida a categoria profissional. Em vários casos, não houve renovação de contratações em número idêntico ao do ano anterior para fazer face ao mesmo trabalho ou ocorreram mesmo despedimentos. Outros denunciam que não são garantidos os instrumentos de trabalho e os fardamentos, bem como o fornecimento dos produtos de forma atempada e em quantidade suficiente para que seja possível organizar o trabalho, o que se reflete na qualidade do serviço prestado. -----

---E até aqui podemos aqui lembrar aos mais esquecidos, a greve dos trabalhadores da cantina da Escola Secundária Camilo Castelo Branco que exigiam melhores condições de trabalho e o aumento do quadro de pessoal. E só neste caso em particular, denunciavam horários de trabalho de 12 horas diárias, horários concentrados e bancos de horas, trabalhadores sobrecarregados, fruto de ritmos de trabalho intenso, que põem em causa a segurança e saúde dos trabalhadores e a qualidade e segurança alimentar. -----

---No entanto, sobre o ponto aqui em discussão, e apesar do Grupo Municipal da CDU não concordar com o seu modelo, não nos opomos à abertura de concurso público, não sem alertar e esperar que o preço base dos treze milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e sete euros tenha de facto em consideração os exemplos aqui apresentados e denunciados por nós - e muito importante, tenha em consideração o cumprimento do caderno de encargos no decorrer dos quatro anos de contrato. -----

---Afinal não se trata de um concerto do Tony Carreira, mas sim, da prestação de um serviço que deve procurar a qualidade e o alto valor nutricional das refeições para estudantes, pessoal docente e não docente. -----

---Termino lembrando, que é também na escola pública que se encontram famílias de vários estratos sociais, havendo casos em que a única refeição completa e com qualidade nutricional que as crianças têm acesso é exatamente nas cantinas e refeitórios escolares.

## Assembleia Municipal

---

---**PAULA AZEVEDO (PSD)** – Este concurso solicitado pelos serviços de educação deve-se ao facto de ser necessário estabelecer procedimento para a aquisição de refeições escolares para três anos letivos 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027, nas escolas da rede pública de Famalicão.-----

---Para além do pré-escolar e primeiro ciclo, a partir de 1 de setembro de 2022, com o Decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, o município passou a ter também a responsabilidade e competência dos refeitórios escolares nos segundos e terceiros ciclos e ensino básico e secundário.-----

---Cumprindo estas funções, o município assegura diariamente o total de 8.061 refeições diárias, que no final do ano totalizam 1.420.565 refeições. A qualidade das mesmas é constantemente monitorizada por três nutricionistas, começando pela frescura dos alimentos, higienização no armazenamento e sua confeção. Os bons resultados estão visíveis no grande aumento de refeições que são servidos, mais 22,12% no pré-escolar e 1º ciclo.-----

---Relativamente ao 2º e 3º ciclos e secundário, o *feedback* também é extremamente positivo, com a referência à grande melhoria na qualidade e variedade. São exemplos do que acabei de dizer os Agrupamentos de Escola Camilo Castelo Branco, D. Sancho I e Padre Benjamim Salgado (estes Agrupamentos só a partir de setembro é que começaram a receber refeições fornecidas pela Câmara). No total o município colocará à disposição do adjudicatário catorze cozinhas.-----

---Com este concurso, e posterior contrato, qualquer variação para valor inferior no número de refeições não constituirá um novo encargo para o município porque este apenas será responsável pelo pagamento das refeições servidas.-----

## Assembleia Municipal

---

---Posto isto, para os três anos escolares, um total de treze milhões cento e vinte e oito mil seiscientos e oitenta e sete euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para quatro milhões duzentos e sessenta e uma seiscientos e noventa e cinco refeições.-----

---Por último e não o menos importante, convém referir que o pagamento destas refeições é feito de acordo com a requisição diária, evitando-se deste modo tanto desperdício financeiro como desperdício alimentar. -----

---No entanto, se as escolas já mantêm... se houver algum desperdício, as escolas já mantêm uma ligação direta à Refood, e o excedente será para lá encaminhado. -----

---Entrando em vigor este contrato, confere então acesso a refeições variadas e equilibradas, garantindo assim mais e melhores condições para que o acesso à educação como direito fundamental esteja ao alcance de todas as crianças e jovens. Para além disso, obedece ainda aos objetivos de desenvolvimento sustentável, nomeadamente ao número dois: “Erradicar a fome - através dos nossos escalões.”; número três: “Vida saudável - através do equilíbrio nutricional.”; número quatro: “Educação de qualidade - fornecendo uma mais boa condição para que os nossos jovens e crianças consigam estudar em condições.”; número dez: “Reduzir as desigualdades.”; e, por último objetivo de desenvolvimento sustentável, número doze: “Produção e consumos sustentáveis.”. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Senhora Deputada, Paula Azevedo, naturalmente que o Chega subscreve tudo o que acabou de dizer, mas acrescentaria aí mais qualquer coisa. -----

---Um pouco mais de 13 milhões de euros em três anos, não pondo naturalmente em causa o mérito desta medida, o fornecimento de refeições escolares, que é uma conquista enorme da nossa sociedade da nossa democracia, mas a nós cumpre-nos analisar isto de uma forma holística. Isto como é um grande encargo para a Câmara Municipal, e

## Assembleia Municipal

---

precisamos de aproveitar essas situações para fazer um diagnóstico mais sério sobre economia e sociedade. -----

---O Chega tem insistido tanto a nível local como a nível nacional numa maior fiscalização dos serviços prestados pelo Estado, o que equivale dizer que, os beneficiários têm que ser sindicados, e a conclusão é só uma no nosso município, Senhor Presidente, ou há um aumento substancial de pobres e de pessoas com debilidade económica ou então anda muita gente a contribuir para a tal economia paralela. -----

---Nós tentamos obter determinados números juntos dos agrupamentos, naturalmente que ninguém esteve disponível para nos fornecer, mas nós soubemos por portas travessas que tem havido um aumento substancial dos alunos do Escalão A, ou seja, daqueles que não pagam nada porque os pais não têm condições financeiras. E, portanto, o que eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, se fosse possível esclarecer de alguma forma esta situação, se confirma esta situação do aumento dos alunos do Escalão A? E reflete precisamente aquilo que vimos dizendo nos últimos tempos, que há situações enormes de debilidade económica, fruto da governação destes últimos anos. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** – A informação que temos relativamente ao Escalão A e demais Escalões, é que se mantém mais ou menos constante no tempo. Como é sabido, aqui em Famalicão, a taxa de desemprego também é muito inferior à média nacional e, porventura, isso explica que se tem mantido uma constância no tempo no que concerne aos escalões, nomeadamente A e B. Portanto, talvez seja esta a explicação porventura ao contrário de outros concelhos. -

-----  
---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA**

***AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DA REDE PÚBLICA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO - ANOS ESCOLARES 2024/2025, 2025/2026 E 2026/2027, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE DE 13.128.687,00 € (TREZE MILHÕES, CENTO E VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----***

**---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 5.395.984,40 € (CINCO MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –** Relativamente a esta proposta, trata-se de um concurso público internacional para que possamos garantir a continuidade de rede de transportes públicos existente em Famalicão. Como é sabido, não temos uma rede estável. Estamos numa fase de transição para uma nova rede chamada rede definitiva, a rede MobiAve, que engloba não só Famalicão, mas Trofa e Santo Tirso, e este procedimento existente atualmente termina no dia 16 de junho.

## Assembleia Municipal

---

E, portanto, de forma preventiva, nós estamos a desenvolver este concurso por forma a que não haja aqui interregnos entre a rede atual ou o serviço atual e o serviço de rede MobiAve. Portanto, de uma forma preventiva estamos a atuar. Caso seja necessário, utilizaremos este concurso, quase, se não for necessário, obviamente passamos diretamente para o procedimento da MobiAve, que está no Tribunal de Contas, e estamos à espera do respetivo visto prévio. E, portanto, estamos aqui a ser cautelosos nesta matéria, como é sabido é uma matéria fundamental para as rotinas diárias dos nossos concidadãos. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Ao exemplo do concurso público das refeições escolares, o ponto aqui em discussão trata-se da abertura do concurso para aquisição de serviço público de transporte rodoviário de passageiros. -----

---Seguindo a mesma coerência, o Grupo Municipal da CDU não acompanha este modelo de serviço prestado à população famalicense, por o mesmo, no nosso entender, não assegurar as premissas que um verdadeiro serviço público deve cumprir, quer na defesa dos interesses do município, quer, fundamentalmente, dos interesses das pessoas que procuram este serviço fundamental. -----

---No entanto, reconhecemos que os transportes públicos assumem uma importância central e decisiva na definição de políticas de mobilidade sustentáveis, capazes de assegurar o direito das populações à mobilidade, não só entre a casa e o trabalho, mas também para o lazer, no acesso à cultura, no convívio familiar e nas deslocações em geral.

---Mas se por um lado, ao longo destes últimos anos, foram sendo relatados e conhecidos os problemas na aquisição deste serviço, através de empresas privadas, por outro o Grupo Municipal da CDU defende que os dinheiros públicos aplicados nos transportes e, neste caso particular, tratando-se de cerca de cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro euros e quarenta cêntimos, verba constante do compromisso

## Assembleia Municipal

---

plurianual do município, referente ao ano em curso, seria mais bem empregue e económico com a sua efetiva municipalização - uma bem antiga reivindicação da CDU.

---Por estes motivos e porque o tempo e os exemplos têm dado razão a esta nossa reivindicação, votaremos pela abstenção. -----

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 5.395.984,40 € (CINCO MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO EUROS E QUARENTA CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DA CDU. -----**

-----  
**---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE FRADELOS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º**

## Assembleia Municipal

---

75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –** É uma delegação de competências numa Freguesia e uma União de Freguesias, Fradelos, Gondifelos, Cavalões e Outiz, respetivamente, por forma a que estas Juntas de Freguesia possam desenvolver duas empreitadas de saneamento.-----

**---JORGE COSTA (PS) –** O PS vai votar a favor porque concorda quer com o objeto, quer com o método. Isto é, está de acordo, e tem dito sempre que ocorram estas delegações de competências, e como é obvio, impõe-se que, tanto quanto se possa, se lute para um incremento da área de cobertura de saneamento e águas residuais em todo o concelho. Portanto, é uma batalha em que há sempre a fazer. -----

**---**No entanto, lamenta que a Câmara prossiga com estas pequenas obras e ignore em vários sítios da rede esgotos recorrentemente a céu aberto, sendo no caso da Freguesia de Fradelos um problema muito grave. -----

**---**As generalidades das explorações agrícolas ainda não estão ligadas. Raros são os agricultores de Fradelos que ligaram as respetivas explorações agrícolas à Tratave e à rede de esgotos. Dois ou três, mas há dezenas que não o fizeram, e isto tem um impacto ambiental tremendo. E não se percebe nem do executivo de Junta nem da parte da Câmara Municipal nenhuma atitude concreta para que, sabendo-se que alguns já ligaram, se alguns já ligaram, devam ligar todos. Porquê? Porque, entre outras coisas, distorce a concorrência. Há agricultores que pagam por ano à Tratave para tratar as águas residuais da respetiva exploração agrícola, e tem que vender o leite ao mesmo preço que aqueles que são deliberadamente poluidores. E, portanto, está mais do que na hora de intervir, Senhor Presidente da Câmara, e fica aqui o repto. -----

## Assembleia Municipal

---

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE FRADELOS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS. TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DO POLO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE POUSADA DE SARAMAGOS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 4.000,00€. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

**---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – É** uma proposta habitual para que se possa manter a Biblioteca Municipal em Pousada de Saramagos. Vimos aqui, ao fim e ao cabo renovar este protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal e a Freguesia de Pousada de Saramagos.-----

-----  
**---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS. TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO**

## Assembleia Municipal

***FUNCIONAMENTO DO POLO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE POUSADA DE SARAMAGOS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 4.000,00€. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----***

**---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO À RENDA - ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS (CRCA) - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -**

**---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –** Relativamente a esta proposta trata-se de uma alteração ao Regulamento correspondente à Concessão de Apoios no que diz respeito à renda, nomeadamente em três pontos:-----

---Um tem a ver com a atualização dos escalões em cerca de 27% que são, ou em média em 27%, que são atualizados, três escalões existentes atualmente no Regulamento de agora.-----

---Um segundo ponto tem a ver com, a todo o tempo e devidamente justificado, as famílias. Os agregados podem desenvolver candidaturas ao contrário do atual. E por outro lado, é criado um novo escalão para que nós possamos apoiar mais famílias com rendimentos *per capita* um pouco mais altos que aqueles que estavam estabelecidos no atual Regulamento. Digamos que são estes três pontos a que corresponde a que corresponde esta alteração Regulamentar.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS) –** Começaria precisamente por dizer que à semelhança daquilo que foi a posição adotada pelos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, também aqui, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará abstenção. Não obstante o

## Assembleia Municipal

---

nosso sentido de voto, não deixaremos de tecer as nossas considerações, as nossas críticas e também as nossas sugestões para que se melhore esta matéria.-----

---Desde logo, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente afirmou na sua exposição inicial, há mais alterações do que aquelas que anuncia. Por exemplo de uma alteração que não citou, mas que entendemos que deverá ter sido em conta, era que na versão antiga deste documento que está disponibilizado no site do município - a versão de 2016 - o processo de candidatura de apoio à renda era submetido presencialmente no Balcão Único de Atendimento. Hoje, com esta alteração, passa a ser junto da plataforma do Programa “Casa Feliz, Apoio à Renda” por intermédio do seu website. A sê-lo, desde logo parabenizar pelo sentido da desmaterialização, desburocratização e simplificação do procedimento. -----

---Senhor Presidente, a questão que lhe coloco é muito concreta, a informatização e as competências digitais não chegam a toda a gente do nosso município. Será que o nosso município, além desta questão aqui, acautela que todos possam ter acesso a este programa, nomeadamente um atendimento presencial que lhes permita obter esta ajuda que tinham no passado e que hoje deixam de o ter. -----

---Depois, uma outra questão que nós aqui colocamos, que se prende, por exemplo, com a atualização dos valores. Desde logo, a atualização dos valores merece o nosso reconhecimento e o nosso louvor pelo aumento de cerca de 25% no caso do escalão máximo, que passa de 100 euros de apoio para 125. Não obstante o aumento, que é de louvar e é positivo, Senhor Presidente, não podemos deixar aqui o nosso reparo de que fica muito aquém daquilo que são as necessidades do mercado de arrendamento do nosso município. Por exemplo, no ponto três deste artigo, o montante de apoio não pode ultrapassar metade do valor da renda que efetivamente paga, isto é, de 125 para o escalão

## Assembleia Municipal

---

A. Senhor Presidente, praticamente nenhuma renda hoje no mercado famalicense habitacional tem como metade do valor da renda cerca de 125€.-----

---E, depois, em jeito de conclusão e de acrescento, uma sugestão quanto à sessação do direito ao apoio. Está aqui previsto numa das alíneas que o apoio cessa, por exemplo, com a morte do titular. Muitas das vezes no artigo 190º, exatamente, o facto de falecer o titular do apoio não significa que esse agregado familiar deixe efetivamente de reunir as condições para beneficiar desse apoio. Por exemplo, à semelhança do que acontece na lei portuguesa, o arrendamento transmite-se em caso de falecimento do seu titular. Deixamos também aqui este acrescento, o nosso contributo de que no futuro possam também contemplar estes agregados familiares, mesmo em caso de falecimento do seu titular. --

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Bom. Na verdade, como podemos constatar pela intervenção do Senhor Deputado, Luís Miranda, não é propriamente nenhuma grande reserva que justifique sequer a abstenção. Não há nenhuma reserva. De facto, depois daquilo que ouvimos, eu espero mesmo que o Partido Socialista inverta o seu sentido de voto e vote favoravelmente. -----

---O Partido Socialista mostrou-se favorável à criação do quarto escalão; -----

---o Partido Socialista mostrou-se favorável ao aumento da comparticipação de cada um dos escalões; -----

---o Partido Socialista mostrou-se favorável à desmaterialização do processo;-----

---o Partido Socialista, presumo que se mostrará favorável também com a circunstância desta alteração regulamentar permitir que, excecionalmente, as candidaturas possam ser também elas apresentadas fora do período ordinário que está estipulado no que está estipulado no Regulamento. Não falou sobre essa matéria, mas estou em querer que concordará com isso.-----

## Assembleia Municipal

---E, depois, levantou reservas, obviamente que eu posso aceitar e tenho que as aceitar, não podia deixar de o ser, mas que não justificam, do nosso ponto de vista, que se vote com abstenção. Até porque depois o Senhor Deputado disse algo que eu aqui, se bem que percebi, o Senhor Deputado disse: “com as restrições e com as limitações resultantes deste regulamento, poucas são aquelas pessoas que poderão aceder a este apoio”. Ora, não é isso que nos diz a realidade. O que nos diz a realidade, ainda a semana passada foram aprovadas 334 candidaturas, e em 2023 foram 342, e em 2022 foram 303. O que significa que de facto, ainda que eu perceba que o Partido Socialista advogue um aumento mais considerável dessa comparticipação, percebo essa proposta, não me oponho à mesma, mas a verdade da verdade é que há famílias que acedem e conseguem aceder *(falha na gravação)* esse apoio por certo não será suficiente para as mesmas.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, de facto, tendo o Partido Socialista concordado com uma parte considerável daquilo que é aqui exposto, não significa por si só que mereça por inteiro o nosso voto favorável. Tanto é que eu lhe justifiquei o porquê e as críticas que nós colocamos que mereçam a nossa abstenção. E por que é que merece a nossa abstenção? -----

---Muito simples, porque entendemos que a Câmara podia fazer melhor neste documento e nestas alterações.-----

---E, eu, volto aqui a questionar, e gostaria que, por exemplo, o Senhor Presidente de Câmara nos assegurasse, a todos os famalicense, em particular aqueles que não têm acesso a competências digitais, se isso será ou não uma barreira do acesso a este apoio, e se poderíamos garantir que o município coloca todas as pessoas em posição de igualdade?

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Relativamente à questão do titular, que se porventura possam ter um constrangimento na vida, este Regulamento, ao contrário do atual que ainda vigora, tem que desenvolver uma

## Assembleia Municipal

---

candidatura nova por forma a que se possa recalcular o rendimento *per capita* do agregado, como tem que ser, porque há uma alteração do agregado. E, portanto, por força deste novo articulado deste regulamento é perfeitamente possível fazer a candidatura no momento e no mês a seguir já está com, se assim for o caso, obviamente a ser beneficiário do respetivo apoio., -----

---No que concerne às candidaturas, obviamente o que nós estamos a fazer aqui é acrescentar também via *online*, para além do Balcão Único de Atendimento, que é sempre uma porta de entrada de tudo aquilo que tem a ver com a Câmara Municipal. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Julgo que depois desta explicação do Senhor Presidente, ainda ficou mais reduzido o campo de uma votação no sentido da abstenção por parte do Partido Socialista. Porque esta é a última reserva que o Partido Socialista tinha apresentado como significativa para o seu voto de abstenção. -----

---Bom, como vemos, provavelmente haverá outras razões que nós desconhecemos.----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, de facto da sua intervenção posso concluir que, relativamente à minha intervenção, não esteve atento, mas eu vou voltar a frisar. -----

---Ponto da discórdia do Partido Socialista – se formos estritamente à letra deste Regulamento, todas as candidaturas têm que ser apresentadas via *online*. Se o Senhor Presidente, e bem, coloca essa questão por que não colocar/espelhar no documento a candidatura, por exemplo, pode ser feita via *online* ou presencialmente no Balcão de Atendimento? -----

---Continuaremos a votar abstenção porque entendemos que o município podia atribuir um apoio maior face à inflação do mercado de arrendamento.-----

## Assembleia Municipal

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Mais uma vez, agora constata-se que afinal o aumento que o Partido Socialista pugna, é que ele acompanhe o aumento do mercado de arrendamento habitacional. Infelicidade, o aumento é superior. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Se o Chega quiser dar o seu contributo, é bem-vindo! É necessário é apresentar propostas. -----

---Senhor Jorge Paulo Oliveira, Senhor Deputado, muito simples, eu volto a questionar o Senhor, já o fiz ao Senhor Presidente, ele não me respondeu. Porventura, o Senhor poderá questionar-me. Quantas rendas, e para terminar, Senhor Presidente, quantas rendas no mercado de habitação em Vila Nova de Famalicão, o valor da renda, metade dessa renda corresponde por exemplo ao teto máximo do subsídio atribuído pelo Município? -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Luís Miranda, os números falam por si. Não vale a pena! Eles não estão martelados, sabe? Há 334 famílias que em Vila Nova de Famalicão acederam a este apoio, exatamente porque cumpriam os requisitos do Regulamento, neste ano. O ano passado já tinham sido os 342, em 2022 tinham sido 303, o que significa que ao contrário do que aquilo que procurou transparecer para junto da Câmara, era de que o Regulamento era de tal forma limitador, constrangedor que nenhuma família por certo preencheria os requisitos para aceder ao mesmo, tendo em conta aquilo que é o limite da renda estipulada. -----

-----  
---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO À RENDA - ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS (CRCA) - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS**

## Assembleia Municipal

***SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU.*** -----

-----

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 511,50 M2, SITA NO LUGAR DE PENELAS, FREGUESIA DE VERMOIM. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** – É isso mesmo. A desafetação de uma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado, para que depois se possa desenvolver a doação à respetiva Junta de Freguesia.

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu não queria sair daqui, desta Assembleia Municipal, sem desejar as rápidas melhoras ao Arquiteto Meireles, que faz falta nesta Assembleia e faz falta na Direção dos Bombeiros Famalicenses. Por parte do CDS é o que lhe posso desejar. É repetir as rápidas melhoras para que ele regresse o mais rapidamente possível.

---Quero saudar também o Dr. Nuno Melo por regressar à Assembleia da República, o CDS, neste caso.-----

---O Dr. Jorge Paulo Oliveira pela sua reeleição.-----

---As eleições uma vez ganha-se outra vez perde-se. -----

---O Chega, contra a minha vontade, teve um resultado excelente.-----

---Não vou esquecer neste púlpito, enquanto Deputado, de pugnar para que as estâncias judiciais voltem para Famalicão, apesar de nós termos poderes no governo, e as obras de requalificação no Hospital de Vila Nova de Famalicão. Vou pugnar sempre por isso, enquanto cá estiver. -----

## Assembleia Municipal

---

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Eu peço desculpa por utilizar um tempo que não é relativamente à proposta que estamos a discutir, mas que compreenderão. É para agradecer, em nome da Bancada do Grupo Municipal do PSD, todas as mensagens que foram dirigidas ao Arquiteto Meireles. -----

-----  
---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 511,50 M2, SITA NO LUGAR DE PENELAS, FREGUESIA DE VERMOIM. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DA CDU.**-----

-----  
---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – Obviamente que a Mesa, em representação da Assembleia, deseja as melhoras ao Senhor Deputado Arquiteto Meireles. Também foi pedido pela Câmara Municipal, como se comprometeu na última Assembleia, entregar o Relatório sobre a Gestão de Resíduos. Será entregue no final desta Assembleia a cada líder de cada grupo. Pronto, acabou de ser entregue, portanto. E também a Mesa aproveita e deseja a todos uma feliz e uma Santa Páscoa. -----

-----  
---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**-----

-----  
-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

# Assembleia Municipal

---Não houve intervenção do público.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às dez horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO**-----

----- **A SECRETÁRIA** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

---Registo de Presenças;-----

---Documentos referentes ao ponto um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove;

---Minutas de atas referentes aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove.-----